

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
**Parque Nacional da Serra dos Órgãos**



**Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Chico  
Mendes de Conservação da Biodiversidade- PIBIC/ICMBio**

**Relatório Final**

**(Ciclo 2023-2024)**

**Caminhos para a construção de uma Agenda Colaborativa  
Socioambiental na Comunidade do Bonfim (Petrópolis- RJ)**

**Nome da estudante de IC:**

**Nathália Leal Lopes da Silva**

**Orientador:**

**Jorge Luiz do Nascimento**

**Coorientador:**

**Marcus Machado Gomes**

**Instituição do coorientador:**

**ICMBio**

**Petrópolis**

**Setembro/2024**

## **Resumo**

O Vale do Bonfim, localizado no bairro de Corrêas (Petrópolis), na região serrana fluminense e banhado pelo Rio Bonfim, era caracterizado como comunidade existente dentro do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Sendo uma comunidade predominantemente rural, a agricultura familiar convencional é expressivamente presente, com predomínio da olericultura, principalmente através da produção de folhosas (verduras), e da floricultura. Durante o processo de redelimitação, que tirou a comunidade dos limites do Parque, foi criado um Termo de Compromisso temporário com acordos entre os agricultores e a gestão e que permitiu posteriormente a criação de um plano de ação com os atores envolvidos. Atualmente a região é administrada pela APA Petrópolis, Unidade de Conservação que está passando pela revisão de seu Plano de Manejo e precisará incluir em seu zoneamento a região do Bonfim. Pensando neste contexto e dando continuidade ao estudo realizado no ciclo PIBIC / ICMBio 2022-2023, que traz os desafios e caminhos para a transição agroecológica local, este trabalho buscou criar uma Agenda Socioambiental Colaborativa com foco nas boas práticas agrícolas entre os atores locais e a comunidade de forma a pensar ações que colaborem com as questões e demandas socioambientais apresentadas pela comunidade e alertadas pelas gestões das Unidades de Conservação envolvidas. Além de analisar e compreender a qualidade do tempo do agricultor e agricultora, entendendo o tempo de dedicação a um trabalho extremamente árduo, principalmente quando voltado à mulher rural, para que as atividades da Agenda possam ser realizadas na disponibilidade dos produtores.

Palavras-chave: transição agroecológica; territorialidades socioambientais; planejamento.

## ***Abstract***

Vale do Bonfim, located in the Corrêas district (Petrópolis), in the Rio de Janeiro highlands and bathed by the Bonfim River, was characterized as a community within the Serra dos Órgãos National Park. As a predominantly rural community, conventional family farming is very present, with a predominance of olericulture, mainly through the production of leafy greens, and floriculture. During the re-delimitation process, which removed the community from the boundaries of the Park, a temporary Term of Commitment was created with agreements between the farmers and the management, which later allowed for the creation of an action plan with the actors involved. The region is currently managed by APA Petrópolis, a Conservation Unit which is currently revising its Management Plan and will need to include the Bonfim region in its zoning. With this context in mind and following on from the study carried out in the PIBIC / ICMBio 2022-2023 cycle, which brings up the challenges and paths for the local agroecological transition, this work seeks to create a Collaborative Socio-Environmental Agenda with a focus on good agricultural practices between local actors and the community in order to think up actions that collaborate with the socio-environmental issues and demands presented by the community and alerted by the management of the Conservation Units involved. In addition to analyzing and understanding the quality of the farmer's time, understanding the amount of time he or she dedicates to extracurricular work.

Key words: agroecological transition; socio-environmental territorialities; planning.

## **Lista de Figuras, Quadros, Tabelas, Abreviaturas e Siglas, Símbolos.**

### **Lista de Figuras:**

Figura 1: Sistematização dos resultados da metodologia F.O.F.A aplicada a comunidade do Bonfim (Fortalezas e Ameaças );

Figura 2: Sistematização dos resultados da metodologia F.O.F.A aplicada a comunidade do Bonfim ( Fraquezas e Oportunidades);

Figura 3: I Encontro sobre a Agenda Socioambiental com o Movimento dos Pequenos Agricultores;

Figura 4: I Reunião de zoneamento do Bonfim com a APA Petrópolis;

Figura 5: Reunião de Avaliação do Projeto Ará que atende a região do Bonfim;

Figura 6: Dinâmica sobre alimentação com a comunidade do Bonfim

Figura 7: Debate no Encontro de Saberes: Naturezas e Usos do Território de 2023 sobre os resultados encontrados no ciclo 2022/2023.

Figura 8: I Reunião de Planejamento da Rede Bonfim Mais Verde de 2024;

Figura 9: Encontro com equipe e alunos do projeto de educação ambiental Ambiente Jovem.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ABIO: Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

APA: Área de Proteção Ambiental

APR: Associação de Produtores Rurais

Art: Artigo

C.E.I: Centro Educacional Infantil

D.O.U: Diário Oficial da União

E.M: Escola Municipal

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

F.O.F.A: Fortalezas, Oportunidade. Fraquezas. Ameaças

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz

IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IC: Iniciação Científica

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEA: Instituto Estadual do Ambiente

Inmetro: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Nº: número

Pag.: página

PARNASO: Parque Nacional da Serra dos Órgãos

PESAGRO: Empresa de Pesquisa Agropecuária

PM: Plano de Manejo

RJ: Rio de Janeiro

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TC: Termo de Compromisso

UC: Unidade de Conservação

UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



## Sumário

<b>I. Introdução</b>	<b>8</b>
<b>II. Objetivos</b>	<b>12</b>
2.1- Objetivo geral	12
2.2- Objetivos específicos	12
<b>III. Materiais e Métodos</b>	<b>13</b>
<b>IV. Resultados</b>	<b>16</b>
<b>V. Discussão e Conclusão</b>	<b>25</b>
<b>VI. Recomendações para manejo</b>	<b>27</b>
<b>VII. Agradecimentos</b>	<b>28</b>
<b>VIII. Citações e referência bibliográficas</b>	<b>29</b>

## **Introdução**

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) é uma unidade de conservação de proteção integral criada pelo Decreto 1.822 de 30 de novembro de 1939. O processo de delimitação do Parque passou por diversos conflitos fundiários ao longo da sua história e em sua última delimitação, em dezembro de 2022, ele aparece com 19.855 hectares de extensão.

O Vale do Bonfim, localizado no bairro de Corrêas (Petrópolis), na região serrana fluminense e banhado pelo Rio Bonfim, era caracterizado como comunidade existente dentro do PARNASO (ICMBio, 2008). A região pode ser dividida em duas partes com usos do solo distintos, o alto e o baixo Vale do Bonfim, sendo o Alto o objeto deste estudo, apresenta como uma das características o uso do solo voltado em grande parte das propriedades para produção agrícola, formado por uma comunidade predominantemente rural (SOPHIA, 2016).

A agricultura familiar convencional é expressivamente presente, havendo também na comunidade atividades do setor de ecoturismo. A Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais - Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, define como agricultor familiar os pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

As práticas e arranjos impulsionados a partir do processo de modernização da agricultura fizeram com que a produção de hortaliças em sistema convencional se tornasse uma das atividades predominantes entre os agricultores familiares da Região Serrana Fluminense (PALM, 2021). A agricultura convencional, advinda da segunda revolução agrícola, baseou-se crescentemente nos processos de mecanização e quimificação, substituindo-se então a tração animal pela mecânica e as adubações orgânicas pelos fertilizantes químicos produzidos industrialmente. A produtividade das monoculturas mecanizadas e quimificadas aumentou consideravelmente levando as práticas agrícolas a um processo crescente de simplificação onde a maioria dos insumos e equipamentos deixaram de ser produzidos internamente à propriedade ou pela produção artesanal local e foram sendo standardizados pela produção industrial em larga escala (DIAMANTINO, 2020).

Apesar da criação do parque ser datada em 1939, foi através do Decreto 90.023 de 2 de agosto de 1984, 45 anos depois, que foram estabelecidos os limites. Nesse período, uma equipe do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal de Brasília (IBDF) concentrou grande parte de suas atividades no município de Petrópolis, por ocasião de estudos e negociações para definição dos limites e da tentativa de regularização fundiária do PARNASO (ROCHA, 2007) e foi definido que a área rural do Bonfim era parte da Unidade de Conservação, situação que, por um longo tempo, configurou inseguranças dos agricultores com os objetivos da Unidade de Conservação e com o risco em serem expulsos de suas propriedades pelo discurso da conservação ambiental.

Consta no Plano de Manejo (PM) da Unidade de Conservação (UC) de 2008 que o Ministério Público Federal de Petrópolis já estava envolvido na busca por uma conciliação entre a gestão do parque e a Comunidade do Bonfim através da formalização de um Termo de Compromisso (TC), baseado no Art. 42 da Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), solicitando aos que aderirem a não ocupação de novas áreas, ampliação ou construção de casas, utilização do fogo para manejo de áreas cultivadas e utilização de agrotóxicos na agricultura, até que a regularização fundiária fosse concluída.

Com a participação da APR do Bonfim ocupando posição de conselheiro no CONPARNASO (Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos), aumentou-se a articulação entre a comunidade e a gestão da UC, possibilitando que em 30 de Abril de 2019 fosse publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) o Termo de Compromisso 01/2019 alinhando interesses da gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e APR do Bonfim, atendendo ao disposto no art. 39 do Decreto 4.340 de 2002. Esse documento tinha caráter temporário e duraria até que o Projeto de Lei nº 8.823/2017111, de autoria do deputado federal Hugo Leal e apresentado em outubro de 2017 (CORRÊA, 2022) fosse aprovado.

O Termo de Compromisso (TC) apresentava diretrizes tanto para a comunidade quanto para a gestão do PARNASO. Foi organizado em 10 cláusulas que tratavam de questões relacionadas às atividades agrícolas, edificações, ordenamento da água, saneamento básico, programas de educação ambiental, entre outros. Em 21 de setembro de 2022 foi sancionado o Projeto de Lei proposto para a alteração dos limites do Parque

(LEAL, 2022), o TC perdeu sua validade e o Alto Bonfim passou a ser considerado território pertencente à Área de Proteção Ambiental (APA) Petrópolis, sendo administrado pelo Plano de Manejo da mesma.

O Plano de Manejo da APA Petrópolis apresenta incentivo à agricultura sustentável em vários momentos do documento, principalmente no apontamento de estratégias para o desenvolvimento econômico sustentável. Esse estudo representa uma continuidade do Projeto de Pesquisa do ciclo PIBIC 2022/2023 com o título “Agroecologia como método de Restauração Florestal na comunidade do Bonfim, Petrópolis/RJ” que apresenta um diagnóstico apontando desafios e possíveis caminhos para que a adoção de boas práticas agrícolas sejam de fato efetivadas, promovendo ao longo do tempo, a Restauração Florestal e a conservação da biodiversidade.

Atualmente o Plano de Manejo da APA Petrópolis está em revisão e, diante desse contexto, este estudo buscou construir uma Agenda Colaborativa através de um plano de ação com os principais atores locais e comunidade, levando para discussão as soluções apresentadas no Ciclo 2022/2023, trazendo experiências e dados para o novo documento gestor da APA e propondo ações que dialoguem com a rotina do agricultor e agricultora familiar.

O canal de comercialização mais utilizado pelos agricultores atualmente é através de intermediários locais. Em uma pesquisa realizada em 2019, 32 famílias escoavam suas produções através de atravessadores e foi considerada por um dos entrevistados como um dos problemas para a agricultura local. Segundo o participante, o agricultor tem dificuldade em direcionar sua produção e, devido a esta condição, dependem do intermediário para alcançar o consumidor final e precisam se adequar às demandas do mesmo (CORRÊA,2022).

O atravessador ou intermediário é o ator social de maior mobilidade na relação de comercialização, pois este é quem escoar a produção, comprando dos produtores. Este não precisa ser exatamente uma pessoa física, pode ser um supermercado, uma mercearia, etc. Na maioria das vezes, o atravessador é quem tem o controle de transportar e vender onde quiser esses produtos (JAMERSON, 2011), além de comumente ter mais noção de mercado e uma melhor formação do que o agricultor, o que cria um laço de dependência entre as duas partes, além de dar autonomia ao

atravessador ao pagar o valor que considerarem adequado aos os produtores por suas mercadorias.

Para Bezerra e Magalhães (2000) “[...] surge a figura do atravessador, que limita o lucro do produtor, impedindo a acumulação de capital e, conseqüentemente, os investimentos na melhoria tecnológica e na sua qualidade de vida”(pág. 66). Isso ocorre pois quando o produtor perde sua autonomia no processo de comercialização ele está perdendo o controle da etapa onde se pode saber se teve bons lucros. Embora que, mesmo com uma comercialização intermediada, os principais cultivos possam permitir o agricultor auferir lucros razoáveis ou mesmo elevados, esse retorno econômico se materializa apenas para parte das famílias do Bonfim (CORREA, 2022) e exige que as mesmas tenham uma alta carga horária de dedicação ao trabalho, justamente por não serem bem pagas por seus produtos e precisarem de rendimento para investir em mão de obra e melhorias na propriedade, já que são os produtores que gerenciam a produção.

A compreensão do uso do tempo pelo agricultor para a efetividade de ações propostas no Bonfim se configura nesse contexto onde as famílias dedicam a maior parte da sua semana às atividades agrícolas, resultante da falta de um circuito curto de comercialização e da venda para atravessadores que exige maior produtividade dos agricultores, quase não havendo tempo para atividades de lazer ou, se quer, para atividades propostas pela Agenda elaborada neste estudo. Esse tempo disponível diminui ainda mais quando estamos falando de mulheres rurais que, além de precisarem estar gerindo sua produção, são responsáveis por tarefas domésticas e com o cuidado da família.

O cuidado das crianças, idosos, a alimentação da família, atividades domésticas em geral e limpeza dos jardins e arredores da casa e todo esse investimento de tempo e força, quando não convertido em dinheiro, costuma passar despercebido (SANTOS, 2019) e precisa ser levado em conta na construção dessa Agenda Colaborativa para que as mulheres rurais do Bonfim possam estar incluídas nas atividades.

## **Objetivos**

Objetivo geral:

Construir uma Agenda Colaborativa Socioambiental na Comunidade do Bonfim através das interações com as questões das Unidades de Conservação onde o bairro está imerso.

Objetivos específicos:

- 1- Identificar atores locais no Bonfim;
- 2- Elaborar uma Agenda Colaborativa Socioambiental junto com a Comunidade do Bonfim que considere a qualidade do tempo dos agricultores;
- 3 - Apresentar uma devolutiva para a comunidade, Unidades de Conservação e participantes da construção do documento.

## **Material e Métodos**

O percurso metodológico abrangeu o levantamento dos atores locais que sejam responsáveis por serviços na região ou que atuem de forma autônoma com projetos locais relacionados à transição agroecológica para construção coletiva de uma Agenda Socioambiental Colaborativa com foco em boas práticas agrícolas. O mapeamento dos atores foi feito a partir do uso de triangulação de informações (MINAYO, 2007) através da análise documental e bibliográfica. No ciclo PIBIC/ ICMBio 2022-2023, foi possível a inclusão da pesquisadora deste estudo em organizações locais mais ativas: Movimento dos Pequenos Agricultores e na Rede Bonfim Mais Verde. Esse envolvimento permitiu que a pesquisa se tornasse uma observação participante.

A opção metodológica pela observação de tipo participante responde ao objetivo de proceder, dentro das realidades observadas, a uma adequada participação dos investigadores, de forma “não intrusiva”, e de modo a reduzir a variabilidade residual, nomeadamente a repressão de emoções extravasadas ou comportamentos efetuados, bem como a artificialidade dos mesmos. Os observadores, sendo levados a partilhar papéis e hábitos dos grupos observados, encontram-se, assim, em condições favoráveis para observar – situações, factos e comportamentos – que dificilmente ocorreriam, ou que seriam reprimidos ou mesmo adulterados, na presença de estranhos (Brandão, 1984; Marshall & Rossman, 1995). A nota de campo surge como ferramenta importante na observação participante evidenciando a documentação escrita produzida por parte do observador (Bogdan & Taylor, 1998).

Na designação das Ciências Sociais, o investigador procura tornar-se membro de um grupo, organização ou eventualmente ficar sob estudo. Por estar imerso na progressão dos eventos, o investigador espera encontrar-se numa posição privilegiado para obter muito mais informações, e um conhecimento profundo do que aquele que seria possível se estiver a observar de fora (Vinten, 1994)

A participação da pesquisadora nessas organizações locais permitiu acompanhar encontros e eventos na comunidade que possibilitaram produzir notas que contribuíram na proposição de ações da Agenda Socioambiental Colaborativa. Através dos resultados do primeiro ciclo deste estudo foi possível identificar os desafios para a adoção de boas práticas agrícolas na região e apresentar uma proposta inicial de algumas soluções

baseadas em relatos da própria comunidade. Dessa forma, os encontros realizados neste ciclo, já pensando na construção da Agenda, auxiliaram na observação e registro da visão coletiva sobre uma gama maior de soluções para sugerir ações que dialoguem com as inquietudes da Comunidade.

Além disso, durante este estudo, a pesquisadora participou do projeto **“Caminhos para fortalecimento da Transição Agroecológica na Promoção da Saúde em Petrópolis”**, que finalizou em março de 2024 e teve como perspectiva de promover o desenvolvimento sustentável e a promoção da saúde por meio de ações que favoreçam a Transição Agroecológica de agricultores que atuam nas áreas limítrofes do Parque Nacional da Serra dos Órgãos de modo a incentivar práticas agrícolas mais favoráveis ao meio ambiente, favorecendo a manutenção da biodiversidade no entorno da unidade.

Por meio desse projeto foi possível realizar junto com as famílias a Metodologia LUME de Análise Econômica- Ecológica de Agroecossistemas ( AS-PTA, 2019) que também forneceu dados relevantes para propor ações que dialogassem com os resultados e discussões feitas com os agricultores após a aplicação do método. Foram analisadas como as famílias estão em nível de autonomia, ou seja, capacidade de suas propriedades subsidiar insumos necessários para a produção e interação social, que avaliou as vivências em comunidade dos participantes.

A Agenda Colaborativa Socioambiental tem como eixo central o fortalecimento de boas práticas agrícolas na região e, como temas secundários, apontamentos que surgiram na primeira reunião de zoneamento da APA Petrópolis realizada com a comunidade em setembro de 2023, onde foi implementada a metodologia participativa F.O.F.A: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças (GOMIDE, 2015) para compreender avaliações da comunidade sobre si mesma diante de perspectivas atuais e futuras. A construção da Agenda poderá subsidiar dados para revisão do Plano de Manejo da APA produzidos através da participação popular. Após a construção da Agenda Colaborativa Socioambiental do Bonfim, será sugerido às Unidades de Conservação onde o bairro está imerso que seja organizado um encontro de apresentação do documento com a comunidade e os envolvidos na elaboração, permitindo uma revisão antes que ela possa ser de fato executada.

Além dos apontamentos da reunião de zoneamento da APA Petrópolis, foi resgatadas e revisadas considerações feitas no Plano de Ação elaborado no I Seminário do Termo de Compromisso 001/2019 que trazia propostas de ações importantes e pensadas através da metodologia colaborativa do Café Mundial sobre pautas que continuaram a aparecer no ciclo 2022-2023 deste estudo ao identificar desafios e soluções. Não só ações, mas também propostas de atores que poderiam se somar nas atividades no território.

No segundo semestre foi possível aprofundar estudos sobre as metodologias de estruturação da Agenda Socioambiental Colaborativa, através da análise de outras experiências, como a Agenda Realengo 2030 produzida por moradores do bairro de Realengo no Rio de Janeiro em parceria com a Casa Fluminense. Dessa forma, foi possível pensar em uma versão física da Agenda que não só proponha ações coletivas para a comunidade, mas também trazer elementos como o histórico do território de forma a convidar mais atores a se integrar a esse processo quando a Agenda começar a ser implementada.

## **Resultados**

Durante a I Reunião de zoneamento da Apa Petrópolis em setembro de 2023 foi aplicada a Metodologia F.O.F.A para levantar, através da perspectiva da comunidade, as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças para o Bonfim. A partir da sistematização da metodologia foram identificados os temas secundários da Agenda Socioambiental colaborativa da comunidade que auxiliarão na organização das ações planejadas pelos atores envolvidos, contribuindo para a estrutura do documento. Foi escolhido um tema central da Agenda: Caminhos para a adoção de boas práticas agrícolas e seis temas secundários: 1. turismo; 2. água; 3. educação ambiental; 4. cultura; 5. incentivo a produção agroecológica e 6. economia solidária.

Além dos temas, outro detalhe da estrutura da Agenda já estabelecido foi a quantidade mínima de atores envolvidos por ação, sendo 3 o número recomendado, garantindo que nenhuma ação tenha apenas uma instituição responsável pelo cumprimento e o prazo para o início das ações. Cada ação será enquadrada em curto (6 meses a partir da data de inauguração da agenda), médio (2 anos a partir da data de inauguração da agenda) e longo prazo (3 anos ou mais a partir da data inauguração da agenda).

Para o tema turismo foi proposto: a. levantamento das oportunidades e desafios do turismo local ( curto prazo); b. oficina e intercâmbio com experiências de turismo rural e de base comunitária ( médio prazo); c. oficina de elaboração de circuito piloto de turismo rural e de base comunitária (longo prazo). No tema água: a. teste de qualidade da água do Rio Bonfim e levantamento de estudos que apresentem experiências de ordenamento do uso dos recursos hídricos em localidades rurais( curto prazo); c. levantamento e mapeamento dos pontos de captações, reservatórios e fossas além da elaboração de estudos e proposição de projeto de irrigação de baixo consumo de acordo com as culturas produzidas pelos produtores rurais ( longo prazo)

No âmbito da educação ambiental e do campo: a. implementação de projetos pedagógicos de agroecologia nas escolas locais e encontro de educação ambiental com a comunidade escolar e associações que divulgue de forma popular sobre as produções científicas realizadas na comunidade ( curto prazo);b. educação ambiental fixa e frequente com turistas que visitam a comunidade que comunique sobre a comunidade

do entorno ( médio prazo); c. formação sobre a coleta seletiva e sobre práticas agroecológicas de cultivo abertas a comunidade ( longo prazo ). Para a cultura: a. levantamento histórico e atual sobre a identidade cultural do Bonfim ( curto prazo); b. promoção de encontros culturais como cine roça, oficinas artísticas para fortalecimento da cultura camponesa local ( médio prazo), c. retorno da Festa do Aipim ( longo prazo ).

Por fim, para o tema incentivo à produção agroecológica: a. assistência técnica e extensão rural para os agricultores - ATER e apoio institucional dos órgãos ambientais locais ( curto prazo); b. cursos sobre Biopoder camponês e Agroecologia ( médio prazo a longo prazo). Já para economia solidária, último ponto da Agenda: a. catalogação das economias da comunidade ( curto prazo); b. incentivo a ampliação dessas economias com formações locais ( curto prazo) e c. criação de um centro de vendas, seja loja ou feira de economia solidária para criar um circuito curto de comercialização e melhorar o escoamento das produções locais ( longo prazo).



Figura 1: Sistematização dos resultados da metodologia F.O.F.A aplicada a comunidade do Bonfim (Fortalezas e Ameaças);

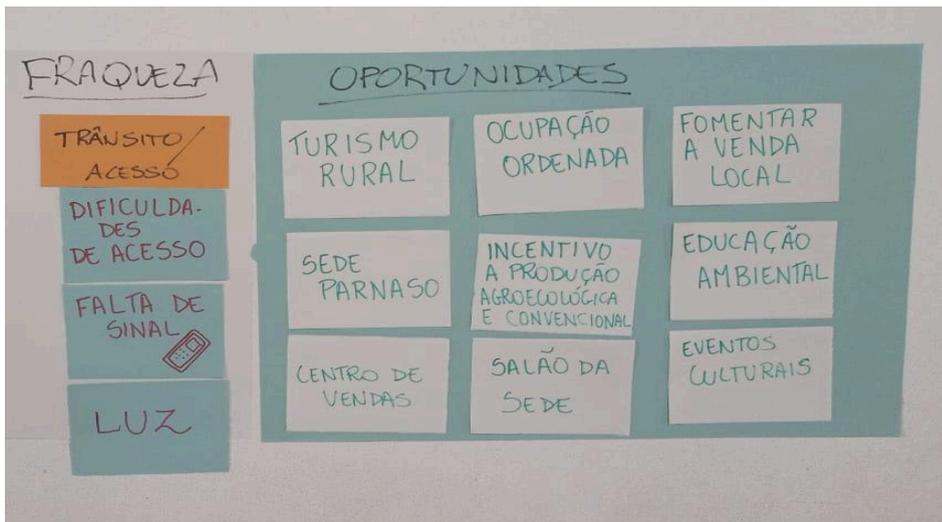


Figura 2: Sistematização dos resultados da metodologia F.O.F.A aplicada a comunidade do Bonfim (Fraquezas e Oportunidades)

Além de algumas definições da estrutura da Agenda, foi possível criar uma lista de atores locais do Bonfim. Alguns desses atores como o Movimento dos Pequenos Agricultores, Rede Bonfim Mais Verde, Movimento Correias Sustentável e Comitê Piabanha já foram contactados sobre a construção da Agenda para firmar a participação dos mesmos nas ações propostas na Agenda.

### **Lista 1. Atores locais da Comunidade do Bonfim:**

1. ABIO
2. Águas do Imperador
3. Ambiente Jovem (INEA)
4. APA Petrópolis
5. Associação de Produtores Rurais do Bonfim
6. Associação de Turismo do Bonfim
7. Bonfim Mais Verde
8. C.E.I Marluce Pestana

- 9.C.E.I Therezinha de Jesus Lima
- 10.Comitê Piabanha
- 11.E.M Odette Young Monteiro
- 12.Editora Bem Cultural
- 13.EMATER
- 14.EMBRAPA
- 15.FioCruz
- 16.INEA
- 17.Inmetro
- 18.MANDATO POPULAR YURI MOURA
- 19.Ministério Público
- 20.Movimento Correias Sustentável
- 21.Movimento dos Pequenos Agricultores
- 22.Parque Nacional da Serra dos Órgãos
- 23.PESAGRO
- 24.Raízes Soluções Ambientais
- 25.Secretaria de Agricultura de Petrópolis
- 26.Secretaria do Meio Ambiente de Petrópolis
- 27.SENAI
- 28.SENAR
- 29.Sindicato Rural

30.UFRRJ

**Registros dos encontros realizados para construção da Agenda Socioambiental colaborativa do Bonfim:**



Figura 3: I Encontro sobre a Agenda Socioambiental com o Movimento dos Pequenos Agricultores;



Figura 4: I Reunião de zoneamento do Bonfim com a APA Petrópolis;



Figura 5: Reunião de Avaliação do Projeto Ará (FIOCRUZ) que atende a região do Bonfim;



Figura 6: Dinâmica sobre alimentação com a comunidade do Bonfim;



Figura 7: Debate no Encontro de Saberes: Naturezas e Usos do Território de 2023 sobre os resultados encontrados no ciclo 2022/2023.



Figura 8: I Reunião de Planejamento da Rede Bonfim Mais Verde de 2024.



Figura 9: Encontro com equipe e alunos do projeto de educação ambiental Ambiente Jovem.



## **Discussão e Conclusões**

No acompanhamento e envolvimento com os atores ativos, aliados aos resultados apresentados do ciclo PIBIC ICMBio 2022-2023, percebe-se o quanto as barreiras para promoção da transição agroecológica na região afastam a comunidade de temas voltados a boas práticas agrícolas, principalmente pela produção convencional ser um movimento muito tradicional na comunidade. Por esse motivo, esses atores (Movimento dos Pequenos Agricultores e Rede Bonfim Mais Verde) vêm entendendo como construir atividades que consigam mobilizar os produtores de forma a aproximá-los da temática e criando confiança no processo que é comumente lento.

O pilar dessa compreensão está no entendimento que o movimento agroecológico é mais do que apenas produzir sem agrotóxicos ou fertilizantes químicos, mas também resgatar a memória da comunidade, seus saberes tradicionais, fortalecer a cultura na região, promover espaços para as mulheres, entre outras atividades que tragam bem estar ambiental e social na comunidade. Através da primeira reunião de zoneamento da APA Petrópolis foi possível ouvir a comunidade sobre seus interesses e perspectivas em diversos temas, um deles o foco deste estudo: agricultura. Os resultados dessa reunião trouxeram direcionamentos para ações locais que são demandas dos próprios agricultores, sendo a escuta um dos principais caminhos para a construção de ações concretas e que sejam de relevância para a maioria na comunidade, não só de uma pequena parcela como costumava acontecer e a comunicação popular usada como metodologia de divulgação deste encontro, de forma descentraliza, foi grande parceira para garantir um público de quase 60 pessoas interessadas em debater sobre o futuro da comunidade.

A construção da Agenda através da observação participante e colaborativa possibilitou propor em ações que incentivem o Turismo Rural ou de Base Comunitária na região, que já acontece em municípios vizinhos como Teresópolis, na região de Santa Rita, além da volta de eventos tradicionais da comunidade como a Festa do Aipim, que além de fortalecer a economia local, retorna a mobilização comunitária que muito de dissolveu após a conquista da comunidade pela retirada de seu território dos limites do Parque, situação que por muito tempo foi o único motivo que promovia territorialidade socioambiental (FERREIRA, 2023) na região. Segundo Francisco Ferreira: territorialidade socioambiental é um conjunto de transformações no território forjadas como consequência dos movimentos sociais organizados.

Através de diagnósticos realizados de 2022 a 2024 foi possível propor ações que minimamente agissem como facilitadoras do processo de transição agroecológica local. Para questões do turismo, foram pensadas ações de formação em turismo de base comunitária e rural que promovam aos turistas maior sensibilização sobre o território que estão pisando e novas fontes de geração de renda para os agricultores que afirmam não arriscar experimentar formas mais ecológicas de plantio por dependerem cem por cento da agricultura e não poderem se expor a riscos. Ainda no âmbito da formação, foi proposto a implementação efetiva de educação ambiental e do campo dentro e fora das escolas, promovendo a preservação e valorização das áreas protegidas e da cultura camponesa do Bonfim. Essas ações estão ligadas a necessidade de aprofundar o sentimento de pertencimento dos moradores à remanescentes da Mata Atlântica enquanto algo benéfico para a forma de vida local, como acesso a água, clima e fertilidade do solo e não como algo afastado e intocável, entendendo todo contexto passado de conflito com o órgão ambiental.

Devido à greve dos servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e por conta do período eleitoral, não foi possível realizar parte da metodologia prevista no Plano de Trabalho para análise da qualidade do tempo dos agricultores e agricultoras da Comunidade do Bonfim.

## **Recomendações para o manejo**

Em dezembro de 2023 foi realizado o Encontro de Saberes: Naturezas e Usos do Território, organizado pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos e parceiros, com o intuito de promover troca entre as pesquisas realizadas nesta Unidade de Conservação, nas outras do Mosaico Central Fluminense e no território do Comitê de Bacias da Baía de Guanabara. Neste encontro foi possível ter um primeiro diálogo com a comunidade científica da região, além de responder questões do Gestor da Unidade de Conservação sobre como a comunidade tem vislumbrado a relação com o Parque e atualmente a Apa Petrópolis. Foi sugerido maior participação de ambas as gestões em atividades na comunidades propostas pelos atores locais, assim como terem maior autonomia na promoção dessas ações, principalmente as que dialogam com temas que aparecem como demandas da comunidade na reunião de zoneamento da APA, pois o contrário pode ser visto como negligência das UCs diante da comunidade.

Além disso, é importante que a gestão das Unidades estimulem e forneçam condições de realização de encontros de educação ambiental para os moradores, mas principalmente para os turistas que frequentam a região e não conseguem dimensionar a relação desta comunidade com as UCs.

Recomendo também que, as ações propostas sejam apresentadas pela equipe gestora e parceiros à comunidade e aos Conselhos das Unidades de Conservação envolvidas como forma de validar coletivamente o que foi proposto e afinar quais serão os atores responsáveis por cada atividade. Isso ajuda a garantir melhor que a pesquisa resulte em algo concreto para os agricultores e agricultoras e permite a continuidade do processo. Seria interessante realizar a análise da qualidade de tempo junto com a comunidade em parceria com a gestão socioambiental do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de maneira a garantir como dito anteriormente, que todas as ações sejam realizadas em momentos em que a participação da comunidade possa ser maior.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais e tios que sempre me apoiaram e auxiliaram no que fosse necessário para não desistir deste estudo.

Ao PIBIC/ICMBio pela oportunidade de realizar este estudo.

Ao meu orientador Jorge Luiz do Nascimento e ao coorientador Marcus Machado Gomes que com suas experiências profissionais me passaram ensinamentos valiosos que agregaram intensamente neste estudo.

Aos meus Orixás e ancestrais que sempre me acompanham em todo passo que dou nesta vida.

### **Citações e referências bibliográfica**

BERNARDO, C. A Eficácia da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: O caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Niterói, 2004.

BRANDÃO, C. R. (1984). Participar-pesquisar. In C. R. Brandão (Org), Repensando a pesquisa participante (pp.7-14). São Paulo: Brasiliense

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Decreto N° 8.972, de 23 de janeiro de 2017. Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2015-2018/2017/decreto/d8972.htm>

BRASIL. Decreto N° 90.023, de 2 agosto de 1984. Define os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, criado pelo Decreto-Lei n°1.822 de 30 de novembro de 1939 e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90023-2-agosto-1984-440294-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto N°1822, de 30 de novembro de 1939. Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1822-30-novembro-1939-411745-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 14.452, de 21 de setembro de 2022. Redefine os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

CAPORAL, F. R. Transição Agroecológica e o papel da Extensão Rural. *Extensão Rural*, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 7–19, 2020. DOI: 10.5902/2318179638420. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/38420>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CORRÊA, A. Agricultura de montanha na comunidade do Bonfim: questões ambientais e regularização fundiária. 2022. 247 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Seropédica, RJ, 2022.

DEDECCA, C. S. (2004). Tempo, trabalho e gênero. In A. A. Costa, E. M. Oliveira, M. E. B. Lima, & V. Soares (Orgs.) *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho* (pp. 21- 52). São Paulo: CUT Brasil.

FERREIRA, C.A.L. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa: Perspectivas para o campo da educação. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015.

FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. *Territorialidades Socioambientais em Teresópolis - RJ: movimentos sociais e transformações territoriais*, 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, 1995.

IBAMA. Plano de Manejo da APA Petrópolis. IBAMA,2007.

ICMBio. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. ICMBio, Brasília 2008

ICMBio. Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 2009b.ICMBio,2009.

MARTIN, W. B; GEORGE.G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis-RJ, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25a ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MMA- ICMBio. Termo de Compromisso 001/2019. Petrópolis- RJ, 2019.

ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

OLIVEIRA, M. Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais. Em Extensão, Uberlândia, v.14, n. 1, p. 30-51, jan. / jun. 2015.

PALM, Juliano Luís ; SCHMITT, C. J. ; LAMINE, C. . A territorially situated reading of agroecological transition processes: ecology of projects in the Sierra Fluminense Region. REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE) , v. 26, p. 9-33, 2021.

PEREIRA, Diamantino Estudos Transdisciplinares em tempos de Terra em Transe: ambiente, sociedade e pandemia / organizador: Diamantino Pereira. – São Paulo: Annablume, 2020.

ROCHA, L. G. M. da. Os Parques Nacionais do Brasil e a Questão Fundiária: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. IBAMA, 20 flo.

SANTOS, M e MERLO, A. Temporalidades rurais: trabalho feminino, sentidos e organização do tempo. Cad. psicol. soc. trab. [online]. 2019, vol.22, n.2,pp. 199-216. ISSN 1516-3717. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p199-216>.

SEBRAE-RJ. Caminhos da Serra do Mar. PETRÓPOLIS - RJ, 2014.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE. Roteiro Metodológico - Planos de Manejo das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2021.

SOPHIA.N.B.M.da. Unidade de Conservação: Questões Fundiárias e Redelimitação — A Comunidade do Bonfim e o Parnaso. Seropédica-RJ, 2017.

SOUZA, J. A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca- PB. Campina Grande,2011.

TAYLOR, S. J., & Bogdan, R. (1998). Introduction to qualitative research methods: A guidebook and resource (3rd ed.). John Wiley & Sons Inc.

VIVIAN.F.C. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos: Entendendo a Dinâmica do Conflito da Gestão. Rio de Janeiro, 2009.

